

25 de Abril de 1974: Marco de um projecto político europeu

Publicação: [O Mundo em Português Nº 55](#)

Data de Publicação: Abril/Maio 2004

Autor: Vítor P. Nogueira

Além dos princípios da liberdade e da democracia, a plena participação no projecto de integração europeia foi igualmente uma «conquista de Abril», de consequências fundamentais para a sociedade portuguesa contemporânea. Passados trinta anos sobre o 25 de Abril de 1974, e em vésperas do maior alargamento da União Europeia, percebe-se que a abertura dos líderes europeus para uma jovem democracia como Portugal foi uma primeira oportunidade para a Europa afirmar a sua vocação eminentemente política.

Em Março de 1976, no Porto, perante uma plateia internacional constituída por altos representantes dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus, Mário Soares, então Secretário-Geral do PS e futuro Primeiro-Ministro – seria eleito semanas depois –, expressava claramente aquela que se tornaria uma das traves mestras da política externa portuguesa contemporânea: a participação plena e activa no projecto político e económico em curso na Europa Ocidental. Apesar de alguma abertura estritamente económica e administrativa de Portugal à Europa, enquanto membro fundador da EFTA, a partir de 1960, e com a celebração de um acordo comercial com a então CEE em 1972, seria só com o processo de transição para a democracia que se iniciaria um claro e irreversível caminho político em direcção à participação na integração europeia.

No meio de todas as vicissitudes, contradições e sobressaltos da transição democrática portuguesa, a quase totalidade da elite política emergente do 25 de Abril teve a clarividência de perceber a importância de ancorar a consolidação da democracia portuguesa no processo de integração europeia. Na verdade, foi ainda durante o governo de Vasco Gonçalves, adversário ideológico do projecto de integração da Europa, que se iniciaram os primeiros contactos com as instituições europeias. Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, negociou a concessão por parte das Comunidades Europeias de um fundo de emergência no valor de 250 milhões de dólares e efectuaram-se diligências no sentido de uma integração imediata nas instituições da Europa Ocidental, nomeadamente nas Comunidades Europeias e no Conselho da

Europa. Estas primeiras investidas seriam goradas; o Parlamento Europeu e a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa entenderam que só poderia ser aceite um pedido de adesão que imanasse de uma decisão do Parlamento nacional democraticamente eleito. Uma vez cumprido esse «formalismo» em Setembro de 1976, poucos meses depois das primeiras eleições legislativas, Portugal adere ao Conselho da Europa e em Março de 1977 pede a adesão às Comunidades, iniciando um processo de negociações que culminaria em Junho de 1985 com a assinatura, em Lisboa, do Tratado de Adesão.

Foi um processo que, visto à distância de trinta anos, mostra sobretudo os fundamentos da integração política num contexto internacional. Quais os contornos desse processo de abertura e quais as suas consequências futuras? Em 1974, ano da Revolução, comemoravam-se em Estrasburgo os vinte e cinco anos da constituição do Conselho da Europa. Esta efeméride assumiria pouca importância não fora o facto do nascimento desta instituição se confundir com o início da integração política na Europa pós-Segunda Guerra Mundial. A data lembrava quão difícil tinha sido e continuava a ser a integração política, apesar dos discretos mas seguros passos no âmbito da então recém criada Cooperação Política Europeia (que se transformaria na Política Externa e Segurança Comum em 1993).

O sucesso económico da integração europeia começara a dar sinais de fraqueza perante a primeira grande crise económica do pós-guerra, desencadeada pelo choque petrolífero de 1973. Simultaneamente, decorria o importante processo político-diplomático no seio da Conferência para a Segurança e Cooperação Europeia (posteriormente a OSCE), cuja acta final assinada em 1975, em Helsínquia, que pretendia regular as relações dos países membros da NATO e do Pacto de Varsóvia. Além disso, o consenso democrata-cristão, que caracterizou a política e sociedades da Europa ocidental nos anos 50 e 60, deixara de existir com a chegada ao poder de partidos da esquerda democrática, com uma visão diferente do relacionamento com o então chamado «Bloco de Leste» e com propostas políticas para uma «sociedade progressista e interventiva».

Nesse contexto, a Revolução dos Cravos passara a ser um reflexo e um símbolo dos próprios antagonismos e contradições do continente. Porém, no meio desses antagonismos e incertezas (mesmo quanto ao carácter verdadeiramente europeu das nações ibéricas, por parte de algumas, embora minoritárias, vozes) as instituições da Europa e seus Estados traçaram o caminho, que sem o saberem, iriam voltar a percorrer quinze anos mais tarde com a queda do Muro de Berlim. As instituições da Europa

política assumiram uma postura de acolhimento caloroso em relação ao 25 de Abril e ao «retorno de Portugal para a democracia», abrindo a real possibilidade de Portugal se tornar membro das Comunidades e do Conselho da Europa, organização que agrupava todas as democracias ocidentais europeias. Mas desde o primeiro momento se condicionara de forma consensual o retorno à «família democrática europeia» a dois critérios políticos: descolonização e democratização plena.

Depois de comprovada, por palavras e actos, a sintonia com o princípio da autodeterminação dos povos por parte da elite política e militar portuguesa, surgiram as primeiras divisões entre a direita e esquerda na Europa. Esta divisão pronunciara-se de forma particularmente acutilante durante o ano de 1975, reflectindo os acontecimentos internos, nomeadamente a propósito do segundo grande critério que as instituições europeias propuseram ao país: a democratização plena das estruturas políticas.

A esquerda assumira uma postura mais expectante, manifestando o seu apoio às forças da esquerda democrática portuguesa, contemplando maravilhada as experiências no âmbito político e social e justificando, não sem embaraço, a intervenção dos militares com a necessidade transitória de estabilização do país. A direita europeia, que se habituara a tolerar a longevidade dos regimes fascistas na Península Ibérica, interpelava com força o papel do MFA, além de ver com desconfiança o papel proeminente das forças radicais de esquerda, a polémica em torno da unicidade sindical, as dúvidas quanto ao futuro posicionamento de Portugal na NATO e sobretudo a assinatura, a 11 de Abril de 1975, da «plataforma de acordo» entre o MFA e os principais partidos políticos, garantindo ao Conselho da Revolução um lugar na futura constituição.

O que é essencial reter hoje, porém, é que não obstante estas vicissitudes e acalorados debates, se gerou o consenso entre os líderes europeus de então – que o projecto político da integração europeia era um processo aberto a todas as democracias do continente que se identificassem com os princípios e valores desse mesmo projecto. Expressão desse consenso foram os repetidos apelos à solidariedade económica, como também a imediata abertura para Portugal aderir às instituições europeias, mediante os cumprimentos dos critérios políticos do Estado de direito democrático e de respeito pelos direitos humanos.

A Europa, ao acolher no seu seio uma jovem democracia, com atrasos sociais e económicos fortíssimos, que se isolara durante cinquenta anos do paradigma de desenvolvimento vigente na Europa ocidental democrática, afirmou então o que reafirmaria década e meia mais tarde, após a Queda do Muro de Berlim: o seu carácter político e aberto, não comprometendo os princípios que fundamentam a sua construção.

O paralelismo com o processo que levou ao próximo alargamento é grande. Também aqui os líderes europeus mostraram, não sem acalorados debates e muitas incertezas, que a Europa, que se queria politicamente unida, tinha de mostrar a sua abertura e solidariedade com as novas democracias da Europa Central e do Leste.

Passados trinta anos sobre o 25 de Abril de 1974 e numa altura em que a União Europeia enfrenta o seu maior desafio de sempre com o alargamento a Sul e a Leste, torna-se claro que a Europa, ao abrir o seu espaço a Portugal (bem como à Grécia e a Espanha), reafirmou a sua génese iminentemente política, constituída sobretudo pela partilha de princípios e valores democráticos, acima de todas as considerações económicas e/ou filosófico-religiosas.